



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



18 de março de 2008

Vol. 3 No. 5

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Semanas de incerteza para a Rodada Doha	1
OCDE aponta para necessidade de parcerias na área ambiental	2
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
O trabalho feminino na América Latina e no mundo	4
Ministros afirmam que NAFTA é um grande êxito	5
BREVES INFORMES MULTILATERAIS	6
UE e EUA iniciam disputa na OMC contra novas regras chinesas	6
Agenda de desenvolvimento da OMPI: início lento para implementação das recomendações	7
BREVES INFORMES REGIONAIS	8
Acordo automotivo Brasil-Argentina em negociação	8
Economias emergentes estão mais fortes contra a crise	9
EVENTOS	11
INFORMAÇÕES ÚTEIS	12

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Semanas de incerteza para a Rodada Doha

Os Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) tentam, pelo terceiro ano consecutivo, chegar a um acordo sobre negociações agrícolas e acesso a mercado de bens não agrícolas (NAMA, sigla em inglês). Mais uma vez, entretanto, é real o risco desse objetivo não ser alcançado.

É evidente que os Membros não conseguirão alcançar um acordo sobre modalidades antes do feriado de Páscoa, conforme haviam previsto. Resta saber se os Membros conseguirão trabalhar suas diferenças ao longo das próximas semanas, de modo a permitir que os ministros cheguem a um acordo em abril.

As expectativas para a conclusão de um acordo em abril diminuíram na semana passada, quando Membros competitivos em exportações agrícolas reclamaram que os dados sobre consumo de alimentos fornecidos por grandes importadores como União Européia (UE), Japão e os Estados Unidos da América (EUA) levariam a uma menor abertura de mercado em relação à abertura esperada para “produtos sensíveis”, como arroz e açúcar. Argentina, Brasil, Nova Zelândia e Uruguai esperavam esses dados há meses.

Mais um problema relacionado a dados de “produtos sensíveis” é a proposta dos países importadores de designarem seus produtos sensíveis com base em um nível mais detalhado de oito dígitos do « sistema harmonizado » de tarifas. Isso possibilitaria a proteção de uma série de produtos sensíveis específicos

O grupo Cairns de exportadores agrícolas sugere o uso de classificações a um nível de seis dígitos, para o qual, em geral, existe disponibilidade de dados –muitos países não classificam seus produtos a um nível de detalhe de oito dígitos.

Mesmo que questões técnicas relacionadas ao consumo doméstico de alimentos pareçam obscuras,

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

elas são de extrema importância. A decisão de classificar produtos sensíveis a um nível de seis ou oito dígitos pode resultar, segundo os países exportadores, em diferentes ganhos de acesso a mercado.

Um delegado do grupo Cairns relatou recentemente ao Pontes que todos os ganhos da Rodada (em acesso a mercado agrícola) serão obtidos por meio de produtos sensíveis. O oficial de comércio explicou que esta é a razão pela qual o grupo demandou mais clareza sobre o que iriam ganhar em termos de abertura do mercado agrícola antes de realizar concessões em outras áreas das negociações.

A Argentina, juntamente com outros Membros exportadores, afirmou precisar de mais tempo para examinar os dados com mais detalhe, bem como para discuti-los com Canadá, UE, Japão, Noruega, Suíça e EUA.

Apesar do sentimento de *déjà vu*, os Membros estão mais bem equipados para chegarem a um acordo sobre cortes tarifários e de subsídios em relação aos dois últimos anos. O texto de agricultura mostrou progressos reais e necessários, que não haviam sido realizados durante o ano passado para uma série de questões técnicas. O texto também forneceu uma variedade de opções específicas para questões não resolvidas nas negociações.

Durante uma reunião do comitê para negociações agrícolas da OMC, realizada em 10 de março, a UE afirmou que Crawford Falconer deveria publicar uma versão revisada de seu texto com base em suas próprias avaliações para determinar o *status* das negociações e das questões ainda não resolvidas antes do feriado de Páscoa. A ação deveria ser seguida de um processo de negociações horizontais com a participação de grupos com focos individuais em agricultura e NAMA, o que facilitaria o caminho para os ministros decidirem sobre modalidades até o final de abril. Oficiais da UE também afirmaram que isso é necessário para que a Rodada Doha seja concluída este ano.

Diversas delegações, entretanto, afirmaram que o que deve conduzir as negociações é “substância”, e não prazos artificiais. Para elas, as futuras revisões futuras do texto de agricultura devem basear-se naquilo que realmente foi discutido e não em conjecturas. O Brasil notou, assim como Falconer, que o progresso nas negociações é crucial para a credibilidade do atual processo de negociações de “Sala E”.

O Ministro de Comércio da Índia, Kamal Nath, e o Comissário para o Comércio Europeu, Peter Mandelson, esperam que os ministros cheguem a um

acordo sobre modalidades até abril. Kamal Nath acredita que o número de questões não resolvidas deve ser reduzido a no mínimo 15 para que os ministros possam tomar uma decisão. Peter Mandelson afirmou, por sua vez, que é possível haver progresso em Genebra para que uma reunião ministerial ocorra.

Caso não haja uma reunião ministerial, a experiência acumulada ao longo dos dois últimos anos sugere que o prazo para modalidades deverá ser prorrogado, primeiro para o mês de junho e depois para antes das férias de agosto da OMC. Se, todavia não houver acordo, as negociações poderão arrastar-se até a primavera, passar pelo período de eleições nos EUA e seguir para 2009.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest* Vol. 12, No. 9, 12 mar 2008

OCDE aponta para necessidade de parcerias na área ambiental

Quanto o tratamento dos principais problemas ambientais enfrentados atualmente irá custar aos países? Como os Membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outros Estados podem lidar com os desafios relacionados às mudanças climáticas? O estudo intitulado “*OECD Environmental Outlook to 2030*”, publicado em 5 de março pela Organização, busca aprofundar essa problemática, re-inaugurando o debate ambiental no âmbito das publicações da OCDE, cujo último estudo nessa temática data de 2001.

A análise foi estruturada em quatro seções principais: (i) diretrizes das mudanças climáticas; (ii) impactos das mudanças climáticas; (iii) desenvolvimentos e políticas setoriais; e (iv) união de políticas. A argumentação utiliza como fio condutor a construção de cenários para 2030, como ilustração das conseqüências de uma postura passiva dos governos face aos desafios ambientais. Sob o argumento de que o tratamento dos problemas enfrentados na atualidade é viável política e financeiramente, o estudo apresenta sugestões de iniciativas de cooperação entre os Membros da OCDE e o grupo de países BRICS (sigla em inglês para Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul) com a finalidade de mitigar os problemas ambientais.

Principais desafios

De acordo com o estudo, os países da OCDE têm sido bem sucedidos em suas políticas de preservação de florestas, controle de poluição das águas e do ar,

redução de emissão de clorofluorcarbonos (CFCs) e alocação de dejetos.

No âmbito global, contudo, diversas questões ainda são negligenciadas ou estão em processo de degeneração. Para citar alguns exemplos: (i) a emissão global de gases de efeito estufa (GEEs); (ii) a perda gradual da diversidade de espécies; (iii) a fragmentação dos ecossistemas; (iv) a devastação das florestas tropicais; (v) a escassez de água; (vi) a preservação dos lençóis freáticos; (vii) a qualidade do ar urbano; e (viii) o alto índice de desperdício nos países em desenvolvimento (PEDs).

A OCDE é enfática ao declarar que “se nenhuma ação política for tomada, corremos o risco de alterar, dentro de algumas décadas, a base ambiental para a prosperidade econômica sustentável”. Assim, o custo da negligência com relação ao meio-ambiente fará com que, por volta de 2030, as emissões de GEEs aumentem em 37%. Além disso, a produção de alimentos e de biocombustíveis exigirá uma expansão em 10% das terras utilizadas para cultivo. O relatório alerta que a perda contínua da biodiversidade apresenta impacto direto sobre o equilíbrio dos ecossistemas, os quais, por sua vez, deixarão de sustentar o crescimento econômico para o bem-estar humano.

De acordo com o estudo, os impactos serão mais sentidos nos PEDs, os quais dispõem de poucos mecanismos de adaptação. Contudo, os (significativos) custos da inação serão sentidos mundialmente, o que aumenta a necessidade de ações políticas em parceria. Logicamente, tais ações seriam desenvolvidas nas esferas locais, nacionais, regionais e globais.

Necessidade de parceria

Tais desafios podem ser superados por meio de parcerias entre os países que compõem a OCDE e o grupo dos BRIICS, o que lhes custaria cerca de 1% do PIB mundial em 2030. Em alguns casos, a formulação de uma política favorável ao meio-ambiente pode gerar co-benefícios, principalmente em termos de saúde. O estudo sugere algumas linhas com base nas quais as políticas poderiam ser formuladas.

No caso dos problemas ambientais mais desafiadores e complexos, propõe-se o emprego de políticas complementares, com ênfase em taxas e outros instrumentos relacionados ao comércio, com o objetivo de reduzir os custos.

Em segundo lugar, deve-se priorizar políticas direcionadas aos setores mais envolvidos na degradação do meio-ambiente, tais como energia, transporte, agricultura e pesca. Para que gere

resultados, essa tarefa não deve se restringir aos ministros do meio ambiente, mas sim partir de uma ação integrada dos ministérios de finanças, economia e comércio, por exemplo.

Terceiro, as empresas e indústrias devem desempenhar um papel de destaque. Ao mesmo tempo, cabe ao governo a formulação de marcos regulatórios duradouros relativos ao meio-ambiente, voltados para a criação de incentivos à chamada “eco-inovação” e o resguardo de metas sócio-ambientais. A responsabilidade do governo de canalizar as ações ambientais tanto de empresários como de consumidores parte do pressuposto de que as opções de investimento de hoje determinarão os resultados ambientais futuros.

A definição de linhas de cooperação entre países da OCDE e PEDs na temática ambiental auxiliará a difusão do conhecimento, da tecnologia e das experiências no tratamento desses problemas. Mais precisamente, o estudo chama os países que compõem o grupo dos BRIICS a participar com maior ativismo nos processos de formulação de políticas voltadas aos principais desafios ambientais, haja visto o crescente papel que têm desempenhado na economia mundial, bem como os impactos ambientais que seu crescimento vêm gerando.

Um dos pontos nevrálgicos defendidos no estudo diz respeito ao papel que a liberalização do comércio e de investimentos pode desempenhar na alocação mais eficiente de recursos no âmbito global. Isso porque a liberalização acirrará a concorrência e motivará as empresas a adaptarem-se e a inovarem. O estudo atenta para o fato de que esse movimento já está em curso: líderes de alguns setores já avançam nesse sentido, como resposta às demandas dos consumidores por produtos e inovação “verdes”. Segundo a OCDE, é preciso difundir a percepção de que a “eco-inovação” e o emprego ampliado de técnicas favoráveis ao meio-ambiente não somente beneficiam a performance ambiental, como também contribuem para o aumento da produtividade.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

OCDE. *OECD Environmental Outlook to 2030* (05/03/2008). Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/29/33/40200582.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

OCDE. “2008 OECD Environmental Outlook - How much will it cost to address today's key environmental problems?” (05 mar. 2008). Disponível em: <http://www.oecd.org/documentprint/0,3455,en_2649_2

01185_40221270_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 13 mar. 2008.

NOTÍCIAS REGIONAIS

O trabalho feminino na América Latina e no mundo

A entrada das mulheres latino-americanas no mercado de trabalho fez-se sentir com intensidade na última década. Porém, o reflexo de sua maior participação em melhores condições de trabalho não é comprovado. A situação do emprego feminino na América Latina, assim como o panorama mundial desse quadro, foram abordados no relatório *Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres*, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho da América Latina e do Caribe, de 47,9% para 52,9%, foi o segundo mais alto do mundo, atrás apenas do Oriente Médio. A redução da disparidade de gênero entre as pessoas economicamente ativas é significativa, considerando o número de 67 mulheres para cada 100 homens, em 2007.

A relação população-emprego para as mulheres da região também registrou aumento de 5 pontos percentuais, passando de 42,1% em 1997 para 47,1% em 2007. A taxa de desemprego entre as mulheres, de 10,9%, ainda é muito superior do que a verificada entre os homens, 6,9%. Essa discrepância é uma das mais altas, atrás apenas do Oriente Médio e da África do Norte.

O comportamento do emprego feminino na América Latina e no Caribe possui um forte componente setorial, em comparação com as outras regiões do globo. O setor agrícola é o menos relevante como provedor de empregos para as mulheres: a presença feminina no setor, de 10,7%, é muito menor que a dos homens, de 24,7%. Tal diferença é a maior entre todas as regiões. A grande maioria das mulheres trabalha no setor de serviços, no qual a proporção é de 74,8% de mulheres, atrás apenas do recorte feito sobre as economias industrializadas e a União Européia (UE).

A proporção de pessoas empregadas em condições vulneráveis na América Latina e no Caribe aumentou de 31,4% para 33,2% entre 1997 e 2007, para ambos os sexos. Apesar do aumento ter sido maior entre as mulheres, a proporção de homens engajados em empregos vulneráveis ainda é maior – 33,5%, contra 32,7%.

O aumento nessa proporção demonstra que o incremento de postos no setor de serviços pode ser gerado por mais empregos vulneráveis, já que esse foi o setor que observou maior crescimento. Como um quarto das mulheres economicamente ativas da região trabalha por conta própria, é provável que ofereçam serviços informais e, dessa forma, estejam mais vulneráveis a variações de mercado. É preocupante notar que o trabalho remunerado e assalariado, que representa 64,6% para as mulheres e 60,6% para os homens, seja uma parcela menor do que há dez anos e que a diminuição foi maior para as mulheres.

A disparidade de acesso ao trabalho entre homens e mulheres tem diminuído na América Latina e no Caribe. Contudo, as mulheres continuam com altas taxas de desemprego e de empregos vulneráveis em serviços de baixa produtividade. Tanto a criação de mais empregos quanto a melhoria das condições de trabalho são apontadas como medidas necessárias para a expansão das perspectivas das mulheres no mercado de trabalho da região.

As mulheres no mercado de trabalho mundial

O relatório também traça um panorama mundial do trabalho feminino. Em todo o mundo, 1,2 milhão de mulheres trabalharam em 2007, o que representa um aumento de 18,4% em relação aos últimos dez anos. Durante o mesmo período, também aumentou o número de mulheres desempregadas: 6,4%, taxa superior à masculina, de 5,7%.

Apesar do incremento no nível de educação das mulheres trabalhadoras em todo o mundo, elas continuam atuando, de modo geral, em setores menos produtivos da economia e continuam a ser parte do grupo mais exposto a riscos e com menor oportunidade de cumprimento dos requisitos de trabalho decente. Como consequência do tipo de trabalho disponível para as mulheres, elas frequentemente apresentam remunerações mais baixas que os homens.

Destacam-se alguns dados do relatório em relação ao trabalho feminino em todo o mundo: (i) de todas as pessoas empregadas no mundo, 40% são mulheres, proporção que se mantém inalterada durante a última década; (ii) a proporção de mulheres em idade de trabalho empregadas foi de 49,1% em 2007, ao passo que para os homens, a relação foi de 74,3%; (iii) entre os jovens, a diferença na taxa de desemprego é menos significativa: 12,5% para as mulheres e 12,2% entre os homens; (iv) até dez anos atrás a agricultura era o principal provedor de empregos para as mulheres, situação que hoje foi invertida para o setor de serviços (36,1% e 46,3% em 2007, respectivamente).

Nas regiões mais pobres, é maior a possibilidade das mulheres desempenharem funções como trabalhadoras auxiliares na família ou por conta própria. Estas duas categorias formam o grupo definido como “emprego vulnerável”. A transição desse grupo para o de emprego remunerado e assalariado representa um passo importante para a independência econômica de muitas mulheres. Tendo em vista essa realidade, os dados mostram avanços, uma vez que a proporção de mulheres com trabalho remunerado tem aumentado nos últimos dez anos, saltando de 41,8% em 1997 para 46,4% em 2007. Todavia, a taxa de mulheres que trabalham em empregos vulneráveis continua maior que a dos homens.

O relatório ressalta a necessidade de promover o trabalho decente como a única maneira de encontrar uma fórmula sustentável para superar a pobreza. Essa preocupação foi refletida na inclusão de uma nova meta nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, relativa ao emprego pleno e produtivo e ao trabalho decente para todos. O acesso a mercados de trabalho para as mulheres, e mais especificamente a empregos decentes, é essencial para lograr maior igualdade entre os gêneros.

Da análise conjunta dos quatro indicadores utilizados – emprego, desemprego, situação no emprego e emprego por setor – é possível deduzir que as políticas desenhadas para melhorar as oportunidades de trabalho das mulheres começam a produzir resultados, porém a disparidade ainda diminui lentamente. A integração econômica das mulheres só poderá ser alcançada por meio da diminuição das barreiras de mercado e de iguais oportunidades ao trabalho decente. Esse permanece um desafio para atingir o desenvolvimento econômico, e constitui, por si só, uma meta relevante.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

OIT. *Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres*. Disponível em:

<http://www.ilo.org/global/About_the_ILO/Media_and_public_information/Press_releases/lang-es/WCMS_091104/index.htm>. Acesso em: 13 mar. 2008.

Ministros afirmam que NAFTA é um grande êxito

“Um grande êxito”. Foi assim que os ministros de defesa dos três países que compõem o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês) qualificaram os resultados do mesmo após 15 anos de sua entrada em vigor, durante Reunião Ministerial da Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte (SPP, sigla em inglês), ocorrida nos dias 27 e 28 de fevereiro.

Segurança é tema prioritário

“Não há desenvolvimento sem segurança, e não há segurança sem desenvolvimento”. Esse foi o mote da reunião da SPP, que apóia o fim do crime organizado, fomenta a cooperação entre os países e busca soluções inovadoras nesta matéria.

Outros temas analisados pelos ministros foram: concorrência, segurança alimentar e de produtos, energia e meio ambiente, fronteiras seguras e inteligentes e gestão de emergências. No que diz respeito à concorrência, foi realçada a necessidade de desenvolver a implementação de uma estratégia de combate à pirataria e à falsificação. Foi igualmente decidido que será dado prosseguimento aos trabalhos sobre cooperação regulatória para a promoção de iniciativas setoriais, com atenção especial para o setor automotivo.

O tema da segurança centrou-se na necessidade de estabelecer controles em matéria de segurança alimentar, bem como no interesse dos países em reforçar a segurança de suas fronteiras. Os ministros não fizeram menção à polêmica lançada pela recente proposta dos pré-candidatos democratas à Presidência estadunidense, Hillary Clinton e Barack Obama, de revisar o NAFTA ou até mesmo de denunciar os Estados Unidos da América (EUA) do mesmo.

Essa reunião foi uma preparação para a próxima Cúpula de Líderes da América do Norte, a ser celebrada nos dias 21 e 22 de março em Nova Orleans, EUA.

Democratas e NAFTA: mera retórica ou plano de governo?

Revisar o NAFTA ou sair dele? Às vésperas da reunião ministerial da SPP, a proposta dos pré-candidatos democratas divulgada no debate de 26 de fevereiro em Ohio caiu como uma bomba sobre políticos, analistas e imprensa dos três países integrantes do NAFTA. Durante o debate, os pré-candidatos mostraram-se contrários à aprovação de tratados de livre comércio e,

em particular, atribuíram ao NAFTA as funestas conseqüências de desemprego, que afirmam assolar as cidades industriais de Ohio.

Reações domésticas

Para Susan Schwab, representante de comércio dos EUA, este não é o momento de rejeitar oportunidades de novas exportações nem de sair de tratados de livre comércio já existentes, em reação às declarações de Obama e Clinton. Susan Schwab não acredita na relação direta entre perda de empregos e comércio e assegurou que, no máximo, é possível atribuir ao comércio uma perda de 3% sobre o número de empregos.

Alguns analistas consideraram que revisar o NAFTA seria o equivalente a abrir a caixa de pandora, pois os EUA não seriam os únicos a apresentar pedidos. Até mesmo os analistas críticos ao NAFTA, que o consideram desfavorável aos três países, vêem a renegociação como inviável. Para eles, o Canadá teria interesse em revisar suas concessões sobre madeira e agricultura, ao passo que o México trataria do tema da imigração.

O Canadá e o petróleo

Stephen Harper, Primeiro Ministro do Canadá, assegurou que não considera com seriedade as afirmações dos candidatos democratas. Contudo, advertiu que caso haja qualquer tipo de revisão do NAFTA, o Canadá também terá muito a dizer.

O ministro de comércio foi mais preciso e revelou que, na re-inauguração do debate sobre o NAFTA, o Canadá também negociaria o acesso estadunidense ao petróleo canadense. De acordo com as disposições do NAFTA, no caso de uma crise de abastecimento mundial, o Canadá estaria proibido de cortar o abastecimento aos EUA, a menos que o faça nas mesmas proporções para sua própria população.

México não concorda com pré-candidatos

O governo mexicano não emitiu declarações oficiais sobre as ameaças dos pré-candidatos democratas. Um funcionário do governo afirmou que apesar de ainda existirem desafios pendentes ao NAFTA, há também muitos fatores positivos, razão pela qual o México seguiria apoiando o acordo.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. V, No. 5, 11 de mar. 2008.

BREVES INFORMES MULTILATERAIS

UE e EUA iniciam disputa na OMC contra novas regras chinesas

Práticas chinesas foram, mais uma vez, objeto de reclamação no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os demandantes são os Estados Unidos da América (EUA) e a União Européia (UE) e, desta vez, o conflito versa sobre a regulamentação de Pequim sobre agências estrangeiras de notícias sobre finanças.

As regras chinesas, que datam de setembro de 2006, deram à agência de notícias Xinhua “poder exclusivo (...) para regulamentar novos serviços de distribuição de informação financeira na China”, o que impede que as agências de notícias financeiras estrangeiras busquem diretamente assinantes chineses. A UE e os EUA argumentam que a regulamentação viola as regras da OMC de tratamento nacional e acesso a mercados.

A Representante Comercial dos EUA, Susan Schwab, afirmou que o tratamento restritivo da China para com as agências estrangeiras de informação financeira coloca as agências dos EUA e de outros países em uma grave desvantagem competitiva. Peter Mandelson, Representante de Comércio da UE, afirmou que as regras chinesas romperam o equilíbrio das agências chinesas em relação às estrangeiras.

Em resposta ao pedido de consulta dos EUA e da UE – primeira etapa dos procedimentos de disputa da OMC – o ministro de comércio da China publicou, em 4 de março, uma declaração na qual afirmou que “como Membro da OMC, a China respeita a decisão dos demais Membros da Organização”. Ele acrescentou, ainda, que o país irá avaliar o pedido de consulta e tratará do problema em conformidade com os procedimentos da OMC.

Washington e Bruxelas esperam uma solução “rápida” e “amistosa” à disputa. Isso pode muito bem ocorrer: na primeira semana de março, o *Financial Times* relatou que a reação chinesa ao caso foi mais moderada do que o normal e que o chefe da Administração Geral de Imprensa e Publicações do governo chinês sugeriu que o papel regulatório de Xinhua sobre as agências estrangeiras de notícias financeiras deveria ser restringido.

Nos últimos anos, Washington e Bruxelas têm pressionado a China na OMC à medida em que o

comércio aumenta com o país asiático. Em fevereiro, um painel da OMC publicou uma decisão interina a favor dos EUA, da UE e do Canadá, e contrária à China, em uma disputa sobre peças automotivas (ver *Pontes Quinzenal*, v. 3, n. 4, 3 mar. 2008, disponível em: <http://www.ictsd.org/pont_quinze/08-03-03/BM.htm#1>).

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly*, Vol. 12, No. 8, 6 mar. 2008.

Agenda de desenvolvimento da OMPI: início lento para a implementação das recomendações

O progresso foi lento durante a primeira reunião do comitê recentemente criado para questões relativas ao desenvolvimento da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), uma vez que os representantes conseguiram discutir apenas 6 das cerca de 45 propostas de reforma cujo escopo é colocar a preocupação com o desenvolvimento no centro do trabalho da instituição.

O Comitê para o Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDPI) foi criado pelos Membros da OMPI no segundo semestre de 2007, com a incumbência de desenvolver um programa para implementar e monitorar as 45 recomendações, acordadas após intensos dois anos de debates em torno do estabelecimento de uma agenda de desenvolvimento para a Organização. O Embaixador de Barbados, Trevor Clarke, foi eleito presidente do comitê.

As recomendações envolvem temas como assistência técnica, garantia de que as normas da Organização reflitam os diferentes níveis de desenvolvimento dos países e ampliação do foco sobre questões como domínio público, competição e acesso ao conhecimento. Outros temas discutidos foram a transferência e análise de tecnologia e o mandato e governança da Organização. Recomendou-se que, dentre as 45 questões, 19 tivessem implementação imediata, já que não exigem recursos humanos e financeiros adicionais. Os governos também não lograram atingir um acordo sobre o orçamento da OMPI, uma vez que o assunto foi objeto de controvérsia relacionada à liderança da Organização. (ver *Pontes Quinzenal*, v. 2, n. 13, 08 out. 2007, disponível em

<http://www.direitogv.com.br/subportais/Cursos/PQ_2-13_%20PDF.pdf>)

As seis recomendações discutidas buscavam primordialmente tornar a assistência técnica do Secretariado da OMPI mais vinculada aos interesses e necessidades dos países em desenvolvimento (PEDs). Algumas delas tinham como foco auxiliar os países a aumentar a capacidade das autoridades nacionais em Propriedade Intelectual (PI) de buscar o interesse público e conduzir melhor a pesquisa de patentes. Ao final da reunião, vários PEDs enfatizaram que a implementação das recomendações é ainda mais importante que a fase de negociação.

Ao final da reunião, o CDPI acordou que, no que tange a lista de 26 recomendações, as atividades propostas seriam enviadas ao Secretariado com as devidas modificações para uma avaliação da necessidade de recursos humanos e financeiros antes da próxima sessão do Comitê, que ocorrerá em julho. No que diz respeito à lista de 19 recomendações, o Secretariado comprometeu-se a elaborar, até a referida reunião, um relatório sobre o progresso das mudanças sugeridas e das novas atividades.

Frente ao tímido progresso alcançado na primeira sessão, a CDPI decidiu que o presidente organizaria consultas informais antes da sessão de julho. Essas teriam foco particular nas recomendações que requerem recursos adicionais, a fim de possibilitar ao Secretariado realizar as análises necessárias.

Ao comentar a reunião, vários delegados chamaram atenção para o fato dos documentos iniciais terem sido circulados pelo presidente com pouca antecedência em relação ao encontro, o que significa que os Membros tiveram pouco tempo para delinear suas propostas. Muitos países alegaram não ter tido tempo para preparar sugestões concretas para a implementação das recomendações. Diversos PEDs ressaltaram que a lista apresentada pelo Secretariado limitava-se a atividades já realizadas ou planejadas, sem ligação clara com o propósito da agenda de desenvolvimento: alcançar um sistema de PI mais equilibrado, inclusivo e orientado ao desenvolvimento.

O Brasil destacou que não constitui tarefa da CDPI certificar o cumprimento da agenda de desenvolvimento para as atividades em andamento, mas que o Comitê deveria concentrar-se nas propostas

para um trabalho futuro que orientaria as atividades da OMPI, encaminhando-as na direção dos objetivos da agenda de desenvolvimento. Vários representantes expressaram esperança de que as consultas informais realizadas pelo presidente ajudem a acelerar as discussões da agenda de desenvolvimento.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em Bridges Weekly Trade News Digest Vol. 12 n. 9, 12 mar 2008.

BREVES INFORMES REGIONAIS

Acordo automotivo Brasil-Argentina em negociação

Representantes dos governos e das indústrias automobilísticas brasileira e argentina reuniram-se em São Paulo, em 3 de março, para discutir um novo acordo automotivo bilateral. Apesar dos mercados aquecidos, que atraem grandes somas em investimentos, os negociadores brasileiros prepararam-se para mais um embate com a Argentina. Ao que tudo indica, o Brasil deve insistir no livre comércio de automóveis e o governo argentino deve aceitar. Acredita-se que os brasileiros briguem por um acordo de prazo mais longo, de pelo menos cinco anos. O atual, acertado em 2006, vence em junho.

“Partida de futebol e negociação de acordo automotivo são sempre complicadas entre Brasil e Argentina”, afirmou o diretor de assuntos institucionais da Ford do Brasil, Rogelio Golfarb. “O setor é muito sensível para as duas economias”, diz o executivo, que dirigia a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) quando da negociação do atual acordo há dois anos.

Desde 1999, Argentina e Brasil definem previamente os termos das transações na área automobilística, em pactos com validade de um a dois anos, no máximo. “Isso não é bom para a atração de novos investimentos”, afirma Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento. “Que empresário fará investimento se ele sabe que daqui a um ano acaba o acordo e é preciso renegociá-lo?”, completa.

De fato, nos últimos anos, o acordo foi alterado várias vezes, sempre com o objetivo de atender às solicitações do lado argentino. Não houve apenas o adiamento da liberalização total do comércio, mas também a alteração do chamado índice *flex*, coeficiente de desvio sobre as exportações. Pela revisão estabelecida em dezembro de 2002, cada dólar

importado por um dos parceiros corresponde ao direito de exportar até US\$ 2,20 livres de impostos. Esse coeficiente subiria para 2,4 em 2004 e 2,6 em 2005, e deveria atingir a liberalização plena em 2006. A liberalização, entretanto, não ocorreu e a nova revisão do acordo reduziu o índice *flex* para 1,95, diminuindo a parcela do intercâmbio isenta de impostos.

Um novo acordo deve prorrogar por mais cinco anos a isenção de tarifas de importação mediante alguns limites. Os sócios do Mercosul já deixaram claro, no entanto, que não irão se comprometer com o livre comércio no fim desse período. Como há consenso entre os brasileiros de que o livre comércio será mais uma vez rechaçado, restará a briga pela maior extensão do índice *flex* e por um acordo mais duradouro. A missão dos brasileiros que participam das negociações é tentar expandir o *flex*. A dos argentinos é apertar mais.

“Precisamos recuperar a indústria de autopeças da Argentina que migrou para o Brasil na década de 90”, disse o Secretário de Indústria da Nação do Governo Argentino, Fernando Fraguío, após a reunião bilateral do comitê automotivo. Ele atribuiu a crise na indústria de autopeças do país aos incentivos fiscais concedidos pelos estados brasileiros no contexto da guerra fiscal, bem como às políticas econômicas de antigos governantes da Argentina. Para os fabricantes de autopeças brasileiros, não há escala no país vizinho que justifique gastos significativos. “Investimento não acontece por decreto. Só se houver incentivos”, afirmou Antônio Carlos Meduna, do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

O comércio de autopeças é hoje o maior responsável pelo desequilíbrio da balança comercial dos dois países, apesar da recuperação do consumo, da produção e da exportação argentina de veículos. Segundo o governo argentino, o país registrou déficit de US\$ 1,4 bilhão com o Brasil em autopeças em 2007, mas há divergências sobre os dados. De qualquer forma, o prejuízo para os argentinos é crescente. Em 2005, o déficit era de US\$ 420 milhões e em 2006, US\$ 910 milhões.

De acordo com Juan Cantarella, gerente geral da Associação de Fábricas Argentinas de Componentes (ANFAC), a indústria local responde por 32% das autopeças consumidas no país. Ele diz que o percentual é “muito pequeno” e que a produção argentina cresceu em valores absolutos, mas não em participação relativa. Ele considera o setor de autopeças o maior problema do comércio bilateral.

Segundo Fernando Canedo, diretor-executivo da Associação de Fábricas de Automotores da Argentina

(ADEFA), o governo argentino deseja estabelecer um período de transição antes do livre comércio para equilibrar sua balança comercial no setor de autopeças. “O importante é que se estabeleça uma data de quando se vai alcançar o livre comércio e que se faça da forma mais rápida possível”. Segundo ele, as montadoras argentinas devem propor o livre comércio para daqui a três anos. “Seriam três anos de transição, com comércio administrado, e, a partir de 2011, o livre comércio”.

O setor de autopeças deve gerar um dos principais impasses nas negociações. No ano passado, pela primeira vez, a Argentina foi a maior cliente das fabricantes brasileiras, ultrapassando os Estados Unidos da América, por anos o principal consumidor do produto nacional. Também não será tarefa fácil convencer a indústria de autopeças a produzir na Argentina. Tecnicamente, estabelecer *flex* apenas para autopeças é complicado. O secretário Fraguío reconheceu que os investimentos devem ser “voluntários”, mas espera ajuda “efetiva” do Brasil. A negociação não chegou a esse ponto, mas uma fonte experiente enumera algumas possibilidades: (i) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderia financiar empresas de autopeças brasileiras que investissem na Argentina; (ii) o Brasil não reclamaria de medidas pouco ortodoxas dos argentinos de apoio à indústria; ou ainda (iii) seriam criados “dispositivos inteligentes” no acordo para estimular a produção.

Redação equipe Pontes

Fontes consultadas:

A Tarde. “Acordo automotivo com Argentina volta a ser discutido” (03/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=428177>. Acesso em: 13 mar. 2008.

Folha de São Paulo. “Acordo com Argentina terá prazo ampliado” (04/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=428389>. Acesso em: 13 mar. 2008.

O Estado de São Paulo. “Acordo automotivo volta a ser discutido” (03/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=428225>. Acesso em: 13 mar. 2008.

O Estado de São Paulo. “Carros encahados” (05/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=428845>. Acesso em: 13 mar. 2008.

O Estado de São Paulo. “Queremos um acordo de longo prazo” (03/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=428228>. Acesso em: 13 mar. 2008.

O Globo. “Brasil e Argentina negociam novo acordo automotivo” (04/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=428384>. Acesso em: 13 mar. 2008.

Valor Econômico. “Argentina quer novos investimentos para renovar acordo” (04/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=428292>. Acesso em: 13 mar. 2008.

Economias emergentes estão mais fortes contra a crise

Os países emergentes, especialmente aqueles da América Latina, estão mais bem preparados para enfrentar uma eventual desaceleração mundial e poderão ajudar a sustentar a economia global nos próximos anos, no caso de um desaquecimento econômico dos Estados Unidos da América (EUA). Essa foi uma das principais conclusões do encontro anual do Instituto de Finanças Internacionais (IIF, sigla em inglês), ocorrido no Rio de Janeiro nos dias 6 e 7 de março. A entidade, sediada em Washington, reúne mais de 370 empresas do setor financeiro em 65 países.

O IIF elevou a estimativa de investimentos privados nos países emergentes em 2007 de US\$ 620 bilhões para US\$ 782 bilhões. O instituto também anunciou que, em 2008, o volume deverá ser de US\$ 731 bilhões, mesmo no caso de uma crise estadunidense – uma cifra “formidável”, segundo Josef Ackerman, *chairman* do *Deutsche Bank*.

Durante entrevista coletiva, os diretores do IIF apresentaram o relatório “Fluxos de Capital para os Mercados Emergentes”, divulgado duas vezes por ano. Em quase todos os aspectos, houve surpresas positivas e as estimativas do último relatório (outubro de 2007), realizadas no calor da crise das hipotecas *subprime* nos EUA, revelaram-se demasiado pessimistas.

Segundo o IIF, o fluxo de capitais privados para mercados emergentes foi recorde no ano passado, ultrapassando em mais de US\$ 200 bilhões o montante registrado em 2006. Para este ano, as previsões

indicam uma pequena redução no fluxo, para US\$ 731 bilhões, o que ainda assim representa um volume expressivo se considerada a desaceleração da economia global.

Dos US\$ 780 bilhões estimados para 2007, a região da América Latina atraiu US\$ 129,4 bilhões, dos quais US\$ 79,5 bilhões ficaram com o Brasil – volume que representa um salto em relação aos US\$ 11,2 bilhões atraídos pelo país no ano de 2006. Para 2008, a previsão é de que a América Latina receba praticamente o mesmo volume, US\$ 129,3 bilhões, sendo menor a previsão no caso do Brasil – US\$ 70,5 bilhões. Na opinião de Yusuke Horiguchi, economista do IIF, isso deve-se ao volume "excepcional" do ano passado, o que eleva a base de comparação. Como um dos fatores de redução do fluxo, ele destacou a queda no número de IPOs (sigla em inglês para oferta pública de ações). "Os meses de janeiro e fevereiro confirmam que o mercado de IPOs perderá força ao longo do ano", disse.

Se comparada a outros mercados emergentes, a América Latina foi a região que mais apresentou aumento percentual no fluxo de entradas – mais de 176%. Os mercados emergentes da Europa, que lideram a atração de recursos, registraram crescimento de 54,4% no fluxo, de US\$ 236,4 bilhões em 2006 para US\$ 365,2 bilhões, sendo a estimativa para 2008 de US\$ 332,9 bilhões. Já os mercados asiáticos devem continuar atraindo menos capitais, com uma estimativa de US\$ 227,5 bilhões para 2008, face aos US\$ 249,8 bilhões registrados em 2007 e US\$ 258,3 bilhões em 2006.

Francisco González, do Banco Bilbao Vizcaya (BBVA), afirma que a América Latina apresenta o cenário mais favorável de sua história recente, especialmente porque as preocupações com crises externas, constantes na década passada, não são mais tão expressivas. Para Ackerman, a América Latina ganhou maior importância no cenário internacional em virtude da melhora dos fundamentos econômicos dos países da região. O primeiro vice-presidente do IIF, William Rhodes, alertou que o resultado pode ser modificado caso o preço das *commodities* venha a cair. Contudo, ele fez questão de elogiar as reformas institucionais e os ajustes macroeconômicos promovidos pelo Brasil nos últimos anos, medidas que permitiram, por exemplo, o aumento das reservas internacionais e a redução do déficit em conta corrente do país. As reservas internacionais brasileiras já passam dos US\$ 190 bilhões, valores inéditos na história do país.

Várias manifestações salientaram a mudança do papel representado pelas economias emergentes. Segundo Ackerman, "é fascinante notar que, enquanto o IIF tantas vezes teve como preocupação central, ao longo

dos últimos 25 anos, as crises nos países emergentes, graças ao tipo de política econômica consistente que vemos aqui no Brasil, muitas economias emergentes estão fortalecidas, enquanto as mais sérias mazelas se encontram em algumas das principais economias industrializadas do mundo".

Fontes consultadas:

Folha de São Paulo. "Citi descarta 'descolamento' de emergentes" (07/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=430100>. Acesso em: 13 mar. 2008.

Folha Online. "América Latina apresenta cenário mais favorável de sua história recente, diz IIF" (06/03/2008). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u379388.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

Gazeta Mercantil. "Emergentes recebem capital recorde" (07/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=430258>. Acesso em: 13 mar. 2008.

O Estado de São Paulo. "Brasil vai crescer 5,5% e virar locomotiva mundial" (07/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=429888>. Acesso em: 13 mar. 2008.

O Estado de São Paulo. "Emergentes devem receber US\$730 bi este ano, diz IIF" (07/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=429885>. Acesso em: 13 mar. 2008.

O Globo. "Banqueiros dizem que AL está mais forte" (07/03/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=430169>. Acesso em: 13 mar. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais
OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

20 de março

Reunião do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio

27 de março

Reunião do Sub-comitê sobre Países de Menor Desenvolvimento Relativo

31 de março

Workshop sobre mecanismos para avaliação de performance sanitária e fitossanitária

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=12&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intItemID=2068&lang=1&year=2007&month=11&day=1>>.

17 a 20 de março

XIV Sessão especial do Conselho sobre Comércio e Desenvolvimento
Local: Genebra, Suíça.

25 de março

Workshop "Lições sobre comércio Sul-Sul nas regiões asiáticas: pré-evento à UNCTAD XII"
Local: Tóquio, Japão

28 de março

Breve curso de treinamento sobre assuntos importantes à agenda econômica internacional: explicando o paradoxo do fluxo de capitais
Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais
Mercosul

Informações:

<<http://www.mrree.gub.uy/mercosur/CalendarioReuniones/PPTUCalendarioReuniones.asp>>.

25 de março

Reunião de Trabalho do Instituto Mercosul de Formação (IMEF)
Local: Buenos Aires, Argentina.

25 e 26 de março

Reunião de Relacionamento Externo Mercosul-UE
Local: Buenos Aires, Argentina.

25 a 27 de março

Grupo de Trabalho sobre Assuntos Consulares e Jurídicos do Mercosul
Local: Buenos Aires, Argentina.

25 a 27 de março

Reunião do Comitê Técnico Nº 3 "Normas e Disciplinas Comerciais" (CT Nº 3)
Local: Buenos Aires, Argentina.

25 a 27 de março

XI Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias
Local: Buenos Aires, Argentina.

25 a 28 de março

Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 3 "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade" (SGT Nº 3)
Local: Buenos Aires, Argentina.

26 de março

Reunião do Conselho do Instituto Social do Mercosul
Local: Buenos Aires, Argentina.

26 e 27 de março

Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos (RADDHH)
Local: Buenos Aires, Argentina.

26 a 28 de março

XCVI Encontro Comissão Técnica
Local: Buenos Aires, Argentina.

26 a 28 de março

XXIII Foro Especializado em Migração do Mercosul
Local: Buenos Aires, Argentina.

26 a 28 de março

XXXIII Reunião Ordinária de Ministros do Interior do Mercosul
Local: Buenos Aires, Argentina.

27 de março

Reunião do Grupo Ad Hoc Sobre Biocombustíveis (GAHB)
Local: Buenos Aires, Argentina.

31 de março a 02 de abril

XCIX Reunião da Comissão de Comércio (CCM)

Local: Buenos Aires, Argentina.

CEPAL

Local: Santiago, Chile

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

17 de março

Revisão das Políticas Agrícolas do Chile

19 de março

Conferência do Presidente da República da Itália, excelentíssimo senhor Giorgio Napolitano, intitulada "América Latina e Europa: processos paralelos de integração"

25 de março

INFM 8 (Interagency Network of Facilities Managers)
Local: Santiago, Chile.

26 de março

X Seminário regional latino-americano sobre projetos MDL florestais e de reflorestamento evitado

28 de março

Seminário "O Chile frente às novas tendências globais"

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

23 e 24 de março

IX Encontro anual do Fórum de Desenvolvimento da China, "A China em direção a 2020: Metas de desenvolvimento e opções políticas"

Local: Pequim, China

27 e 28 de março

VII Fórum Europeu para o Desenvolvimento Sustentável e para a Responsabilidade Social das Empresas, "Estratégias sustentáveis para as mudanças climáticas e a responsabilidade social das empresas"

Local: Paris, França.

27 e 28 de março

Conferência do Fórum Global sobre Investimentos Internacionais: "Best practices na promoção dos investimentos para o desenvolvimento"

Local: Paris, França.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Informações úteis

Senado estadunidense ratifica ampliação de preferências

O Senado estadunidense ratificou, em 28 de fevereiro, a extensão por dez meses das preferências tarifárias andinas. A extensão da lei permite que Bolívia, Colômbia, Equador e Peru exportem produtos aos Estados Unidos da América (EUA) sem pagar tarifas, em troca de sua colaboração na luta anti-drogas.

OMC publica informes sobre disputa sobre camarões

Em 29 de fevereiro, a Organização Mundial do Comércio (OMC) publicou os informes dos Grupos Especiais sobre as reclamações de Tailândia e Índia referentes aos assuntos "Estados Unidos – medidas relativas aos camarões procedentes da Tailândia" (DS343) e "EUA – Diretiva sobre fianças aduaneiras para determinadas mercadorias sujeitas a direitos *antidumping* e compensatórios" (DS345). Os informes podem ser acessados no seguinte link: <http://www.wto.org/spanish/news_s/news08_s/343r_345r_s.htm>.

Palestra sobre desenvolvimento e crescimento sustentável

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) abrigará o VIII Arnoldshain Seminar, cujo tema foi definido como "Designing strategies for sustained growth and development: EU and LA compared". O evento, que ocorrerá em 31 de março, na Sala de Congregação da FEA-USP, conta com a organização da Profa. Dra. Basilia Aguirre. Para mais informações, enviar e-mail para: <elopes@fipe.org.br>.

Debate sobre impactos sócio-ambientais dos biocombustíveis

O Núcleo de Economia Sócio-ambiental (NESA) promoverá, no dia 24 de março, o debate "Impactos sócio-ambientais dos biocombustíveis". Sob a coordenação do Prof. Dr. Ricardo Abramovay, o evento terá como conferencista o Prof. Dr. Maurício Tomasquin (presidente da empresa de pesquisa energética) e como debatedores o Prof. Dr. Guilherme

Dias e o próprio Abramovay. O debate ocorrerá às 11h30, na sala E-01 da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Para mais informações, telefonar para: 3091-5802.

Conferência sobre a China

Em parceria com a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) está organizando a “Conferência sobre a China”, que ocorrerá nos dias 17 e 18 de abril, no Palácio do Itamaraty Rio de Janeiro, Av. Marechal Floriano, 196 (Centro). Os textos da Conferência estão disponíveis no site da FUNAG (<<http://www.funag.gov.br>>). Os interessados em participar devem confirmar presença pelo endereço eletrônico <ipri@mre.gov.br>.

Pós-doutorado na França (Prefeitura de Paris)

A prefeitura de Paris lançou chamada para um programa de bolsas voltado para pesquisadores estrangeiros seniores e de pós-doutorado, com o objetivo de desenvolver linhas cooperativas entre os centros de pesquisa franceses e estrangeiros. As bolsas – que giram em torno de três mil euros – destinam-se a pesquisadores de todas as áreas que possuam título de doutorado e vínculo com uma instituição de pesquisa em seu país. Será dada prioridade a pesquisas diretamente relacionadas a Paris e que apresentem uma abordagem comparativa entre os problemas urbanos de Paris e de uma metrópole no exterior. As inscrições devem ser enviadas até 18 de abril, por correio. Para mais informações, consultar: <www.paris.fr>.

Pós-doutorado na França – Programa Hermes

Estão abertas as inscrições para o Programa Hermes, promovido pela Fundação *Maison des Sciences de l'Homme* (FMSH), pelo Ministério de Relações Exteriores e pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). O programa tem como objetivo receber jovens pesquisadores estrangeiros da área de Ciências Humanas e Sociais em universidades e centros de pesquisa franceses. As bolsas terão duração de até nove meses, para que os selecionados possam desenvolver pesquisas na França, e o valor das bolsas será de dois mil euros, além de seguro-saúde. O prazo de inscrições se estende até 31 de março. Para mais informações, consultar: <www.msh-paris.fr/index.php?id=566&L=2>.

CEPAL promove curso sobre economias latino-americanas

Estão abertas as inscrições para a nona edição da “Escuela de Verano sobre Economías Latinoamericanas”, organizada pela CEPAL, que ocorrerá de 14 de julho a 30 de setembro de 2008, em Santiago do Chile. O curso é dirigido a estudantes da pós-graduação e apresenta temas como desenvolvimento produtivo, abertura à concorrência externa, entre outros. O prazo para inscrições expira em 16 de maio. Para mais informações, acessar: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/0/32370/P32370.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&base=/prensa/tpl/top-bottom.xsl>>

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

